



Para uma descrição das *Epistolae ad Caesarem* de (Pseudo-) Salústio

Gilson Charles dos Santos
Doutorado (USP)

Orientador: Prof. Doutor Breno Battistin Sebastiani (Proaera/USP)

Resumo

Este artigo trata da relação entre as *Epistolae ad Caesarem senem de rep.*, de Pseudo-Salústio, com os exercícios de formação do orador (*praeexertamina*).

Palavras-chave: Retórica, epistolografia, *praeexertamina*, Salústio, Literatura clássica

Prolegomena to a description of Pseudo-Salustius *Epistolae ad Caesarem senem de rep.*

Abstract

This paper deals with the relation between Pseudo-Salustius *Epistolae ad Caesarem senem de rep.* and the exercises to orator's education (*praeexertamina*).

Keywords: Rhetoric, Epistolography, *Praeexertamina*, Salustius, Classical Literature.

O mais antigo manual de retórica latina que chegou aos nossos tempos, a *Retórica a Herênio*, de que também me sirvo para iniciar minha fala sobre o objeto específico de meu doutorado, as *Epistulae ad Caesarem* (*Ep ad Caes.*), indica, já nos primeiros parágrafos do primeiro livro (I. 3), os elementos que o orador precisa conhecer para a excelência em seu ofício – as cinco partes da retórica – alcançados por três meios: *arte*, *imitação* e *exercício*.

Segundo o manual, *arte* é o preceito que fornece o método certo e a sistematização para o discurso; a *imitação*, o impulso dado, com método cuidadoso, para que cheguemos a ser parecidos a outros ao discursar e, por fim, o *exercício* é a prática assídua e o hábito de discursar.

Com exceção da arte, que ainda entre os antigos era motivo de divergência em relação à sua oposição à habilidade natural que todos temos em nos comunicar – a questão era saber se arte e engenho se opunham ou se se completavam mutuamente – tanto a imitação quanto o exercício constituíam ponto pacífico porque estabeleciam uma relação entre o orador e um modelo.

Essa relação manifesta-se já nos exercícios preparatórios de retórica (*progymnasmata; praexercitamina*), em voga desde o século I a.C., mas representantes da Segunda Sofística, que partem do princípio de que os grandes autores devam ser lidos, aprendidos de memória e imitados. Como finalidade prática, a imitação desses modelos servia para a defesa de causas públicas ou mesmo para a participação em eventos nos mais distintos locais, desde o tribunal até o teatro.

Os exercícios preparatórios eram ministrados, num primeiro momento, pelo *grammatikós* e, finalmente, pelo rétor, encerrando um ciclo de aproximadamente dez séries de pequenas elaborações para uso em causas judiciais e deliberativas, representadas pelas declamações (as controvérsias e os discursos de persuasão). Essas

pequenas elaborações não perfazem um mesmo número em todos os autores que tratam do assunto (Teão, Hermógenes, Aftônio, em grego, e Quintiliano, Prisciano e Isidoro de Sevilha, em latim) por subdivisões e dissensões entre eles, fruto, a meu ver, das várias possibilidades que surgiam com o passar do tempo para uso desses exercícios.

A proposta da tese é demonstrar como as *Ep. ad Caes.* relacionam-se aos exercícios de formação do orador. A meu ver, caracterizam-se como exercício de prosopopeia, um dos últimos exercícios da série porque se configuram, sobretudo, como exercício de estilo.

Na prosopopeia, o orador deve, inicialmente, refletir sobre o caráter próprio daquele que fala e qual é o caráter daquele a quem o discurso é dirigido, assim como a idade que possuem os interlocutores, a ocasião, a circunstância, o lugar e os temas sobre os quais versa. Depois, verificar se não falou de ações importantes de maneira humilde, nem sobre ações insignificantes de maneira sublime, nem sobre ações vulgares de maneira grave, nem sobre ações terríveis de maneira despreocupada ou sobre ações lamentáveis de maneira afetada (Teão, *Prog.* 115.11.8 – 116.11.12).

Hermógenes denomina este exercício de etopeia (*Progym.* 20), subdividindo-a quanto ao objeto imitado (imitação do caráter de um personagem – real ou imaginário, determinado ou indeterminado – ou de uma coisa), quanto à estrutura (simples ou dupla) e quanto ao tipo (moral, emotiva e mista), em relação aos quais o orador deverá adequar as modalidades discursivas e o estilo. Também Aftônio (*Progym.* 34) subdivide o exercício em tipos (idolopeia, prosopopeia e etopeia), concordando, porém, com Hermógenes, em dividi-lo entre as etopeias morais, emotivas e mistas. Prisciano (*Praex.* IX.27.30) denominará este exercício de *allocutio* em latim, identificando as mesmas divisões que seus antecessores.

Suposta a finalidade mesma de uma tese – solucionar problemas originais acerca de um objeto de estudo em determinada área do conhecimento – o primeiro elemento com o qual terei de me defrontar é a adequação das *Ep. ad Caes* ao gênero epistolar. Isso porque os filólogos e estudiosos dos *praexercitamina* têm por convenção vincular esses exercícios a casos inteiramente fictícios, quando deles resulte uma hipótese judicial, ou a casos tomados unicamente da mitologia ou da história antiga, quando deles resulte uma hipótese deliberativa. Contudo, embora as *Ep. ad Caes.* possuam como matéria um personagem real (Júlio César) e uma situação histórica (o período de guerras civis), sempre foram objeto de polêmica em relação à autoria salustiana e à datação. O problema posto é resultado das diversas leituras das *Ep. ad Caes.* realizadas desde a Renascença até o século XX, num debate aberto em 1537 por Sebastiano Corrado e prolongado desde Justo Lípsio e Carrion até Ronald Syme, os quais, em geral, procuravam identificar elementos que justificassem a (in-)autenticidade das *Ep. ad Caes.* a partir do estudo do léxico, da biografia do historiador e de elementos e citações históricas.

Pesam a meu favor a obra de Teão (*Prog.* 115.11.8) que, na definição da prosopopeia, inclui neste tipo de exercício a espécie dos discursos de consolação, dos discursos exortativos e dos epistolares; e assim também a de Demétrio (*P.H.*, 227), segundo o qual a epístola presta-se a demonstrar o *éthos* de seu autor.

Sendo a epístola um *sermo* destinado a falar com ausentes, Cícero (*Ad fam.* 2. 4. 1. *apud* Santos, 1997, p.68) reconhece serem muitas as suas espécies, mas as distribui em três grupos genéricos (Santos, 1997, p.68 *et seq.*): aquele que traz notícias aos ausentes (*ut certiores faciamus absentes*), aquele de natureza familiar e jocosa (*familiare et iocosum*) e aquele de natureza severa e grave (*seuerum et graue*). Àquelas duas primeiras espécies convêm os assuntos domésticos e a doutrina, respectivamente (*res domestica; studia artium et doctrina* q.v. Cícero, *Ad Att.* 7. 5.

4-5. *apud* Santos, 1997, p.69), quando à última espécie convêm os assuntos públicos (concernentes à *res publica*).

Distinguem-se ainda os três grupos na configuração, ou seja, enquanto ao *ut certiores faciamus absentes* se equipara a narração, *narrare*, ao *familiare et iocosum* se equipara o gracejar, *iocari*, e, por fim, ao *seuerum et graue*, o encarregar, *mandare* (q.v. Cícero, *Ad Att.* 5. 5. 1. *apud* Santos, 1997, p.70). Mas não apenas isso. O *seuerum et graue* desdobra-se ainda em outros dois grupos conforme a finalidade, a saber, a solicitação a alguém em nome de terceiros – *commendare* – e o aconselhamento a alguém sobre um terceiro – *monere*. Em relação àquele grupo, ainda, dá-se o nome de *commendatio* (recomendação) à solicitação de uma ação em relação a outrem e *consilium* (conselho) em relação a si mesmo (q.v. Cícero, *Ad Att.* 3. 11. 2. *apud* Santos, 1997, p.77).

Minha tese tenta mostrar que as *Ep. ad. Caes.* constituem exemplo da espécie à qual são convenientes os assuntos públicos (caracterizando-a como pertencente ao subgênero *seuerum et graue*, porque dedicada à solicitação de uma ação em relação a outrem, e porque propõe um *consilium* (conselho) em relação ao próprio destinatário). Isso porque as *Ep. ad. Caes.* aconselham César sobre as atitudes que deve tomar, coincidentemente, ao justo início e ao justo término da guerra civil contra Pompeu.

Tento demonstrar, ainda, que as *Ep. ad. Caes.* constituem exemplo do discurso político, no qual diz Hermógenes (*Sob. For. Est.* 381) predominar a clareza de estilo, a expressão de caráter e a subordinação das qualidades aspereza e veemência às qualidades abundância, pureza e nitidez. Assim, se pertencente ao deliberativo, o discurso político deve mostrar grandeza e dignidade (*Sob. For. Est.* 384); se pertencente ao judiciário, o discurso político deve mostrar caráter (*Sob. For. Est.* 386) e, se pertencente ao demonstrativo (*Sob. For. Est.* 386), deve mostrar grandeza

e simplicidade. Nas *Ep. ad. Caes.*, o conselho é dado a César como vencedor, o que pressupõe seu elogio.

O segundo elemento com qual terei de me defrontar é o próprio conteúdo das *Ep. ad. Caes.* essencialmente centrado nas ações dignas de César antes e após a guerra civil. Neste sentido, é de capital importância o tratado de Plutarco sobre o governante. Ali, a moderação (*Præec. ger. reipubl*, 799 F 2 et seq.) é a virtude graças a qual o governante pode aplicar-se à compreensão do caráter dos cidadãos e de si mesmo, de forma a contemplar as necessidades deles e, sobretudo, regular o seu comportamento.

A isto se contrapõe o pensamento ciceroniano do *genus mixtum*, que fundamenta uma teoria do exercício do poder no momento da guerra civil por firmar-se na *aequabilitas* e no apoio recíproco entre as partes, o que implica senado e povo desempenharem cada qual funções que lhes são próprias (*De rep.* I. 19. 31). Para tanto, Cícero elabora o conceito de *princeps*, não constitucional – o que legitimaria a república como uma autocracia ou oligarquia mal disfarçadas – e sim um conceito ético e generalizante, plural, que designa, em seu limite, todo e qualquer cidadão que se empenha, nos atos e nas decisões, na defesa da constituição da república, repudiando assim a concentração do poder em suas mãos em favor da *concordia ordinum*.

Comum a Cícero e às *Ep. ad. Caes.* é a guerra civil ter fraturado um corpo político e, após ela, Roma prescindir de uma figura – ninguém menos que César – que pudesse a contento proteger todos os *ordines ciuitatis* (*Ep. ad Caes.* I. VI. 3; Cíc. *Pro Mar.* VIII. 23), principalmente porque sua conduta após a guerra civil não parecia apontar para a personalização do poder, mas para a restauração da paz e da reconciliação entre os cidadãos (*Ep. ad Caes.* I. VI. 2; Cíc. *Pro Mar.* V. 15), graças ao exercício de sua clemência (*Ep. ad Caes.* I. VI. 5; Cíc. *Pro Mar.* VI. 18; X. 31). Mas o mesmo exercício da clemência configura diferentes visões de exercício do poder. Em

Cícero, a clemência de César tem de atender, necessariamente, aos interesses da república, ou antes, confirmar, numa visão aristocrática do poder, a liderança do senado e dos cônsules nos assuntos e nas resoluções de interesse público (*Pro Mar.* IX. 27; III. 10; VII. 22-23), o que não ocorre nas *Ep. ad Caes.* Especialmente na primeira epístola, a clemência constitui um atributo que, de um lado, confere ao príncipe uma autoridade monárquica e, por outro lado, serve como medida para que o exercício do poder não leve o príncipe a transformar-se num tirano. Isto ocorre especialmente em *Ep. ad Caes.* I. V. 3-4, em que se nega a restauração da república e propõe-se uma reconfiguração da administração de modo que se concentrem nas mãos de um só decisões que versam, inclusive, sobre as despesas de cada família. Assim, o domínio sobre o qual se estende o poder de um só se amplia e justifica - à diferença de Cícero, que pregava a restauração do poder às instituições tradicionais republicanas - ser o meio de salvação da república a maior vigilância sobre as atitudes dos cidadãos. Abarcando as finanças públicas e privadas, aprumando as atividades dos magistrados e mesmo moralizando os mais jovens, o poder do príncipe chega a ser total.

Posso dizer, pois, que as *Ep. ad Caes.* são testemunho de que a submissão ao príncipe, figura cujo poder só pode ser exercido por causa de sua sabedoria, evita os perigos da sublevação popular e estabelece valores que tornam imprescindível a centralização do poder, vinculada a uma série de valores justificativos do governo de um só (q.v. Sen. *De clem.* I. 4. 1; *De ben.* II. XX. 2). Assim, ocorre nas *Ep. ad Caes.*, como em Sêneca e em Tácito (*Ann.* IV. 33; IV. 74; XVI. 16; *Hist.* II. 38; II. XXXVIII. 3; *Vita Agr.* 3. 1), que o principado apareça como uma *necessitas* frente à decadência dos costumes, testemunhando a impossibilidade da república identificada por Cícero como a *concordia ordinum*, a concórdia das ordens.

A tese possui, portanto, objetivo de identificar os pontos de contato entre as *Ep. ad Caes.* e os escritos que estabelecem o princípio de comportamento do monarca, bem como analisar sua estrutura, considerando-as como exercício de

formação do orador e como um documento que não pode ser analisado apenas de acordo com o contexto específico que abrange, pois reúne lugares-comuns sobre o ideal de governante e de exercício do poder, aplicados à estrutura do gênero epistolar.

Primeiros resultados

Dado, pois, que o objeto de estudo deva ser analisado em relação à forma e ao conteúdo, tenho dedicado a escrita do primeiro capítulo a uma descrição pormenorizada das *Ep. ad Caes.* considerando seu gênero, sua matéria, sua partição, sua relação com os exercícios de formação do orador, seu estilo e de como se apropriam dos textos de Salústio para realizar a tarefa de aconselhar.

Porque a matéria das *Ep. ad Caes.* concerne ao *útil* (q.v. Quint. *Inst. Or.* III 4, 16; III 8, 22), a questão seja de qualidade (Hermágoras *apud* Quint. *Inst. Or.* III 6, 56-57) definida ou especial (Quint. *Inst. Or.* III 5, 7-10), cuja *tese* (Cíc. *Or.* XIV 45; Quint. *Inst. Or.* III 5, 11) implica o envolvimento de uma pessoa e um caso particulares, avizinhando, no panegírico de Júlio César, o elogio das virtudes necessárias para agir antes e depois do conflito civil, caracterizo esses documentos como discurso deliberativo, em cuja análise segui *pari passu* as prescrições de Quintiliano. Isso porque, não obstante as mencionadas características, os documentos respondem aos requisitos do ofício de aconselhar (Quint. *Inst. Or.* III 8, 15-16) conforme a matéria da deliberação, a natureza de quem está envolvido na discussão e a natureza de quem oferece o conselho, mencionados pelo referido autor. Em ambas as epístolas, a matéria pode ser tratada como *quaestio finita* (Quint. *Inst. Or.* III 8, 14; Cic. *De Or.* II 82, 333 et seq.) dada a indicação concreta de personagens e alvo das ações e, em relação à complexidade do problema, como *quaestio simplex* (Quint.

Inst. Or. III 8, 18) dada a deliberação sobre a própria matéria. O momento temporal é o futuro, recorrendo-se às vezes ao passado e ao presente como a justificar a deliberação. Já o exórdio de ambas (I I. 4-8; II II.2) traz a *qualitas* que introduz o *status coniecturae* (*an faciendum/an fieri possit*) (*Quint. Inst. Or.* III 8, 16) e as virtudes morais de César põem em contato o *status coniecturae* e o *status qualitatis*. A *auctoritas* do orador em relação ao aconselhamento é posta amiúde à prova em I II.1; I II.7; I III. 2-4; I V.2; I V.5-8; I VI. 2-4; I VII.1; I VII. 4-5; I VIII. 1-3; I VIII.5; II I. 1-5; II II. 1-2; II III.5; II III.7; II IV. 3-5; II V.1; II V. 7-8; II VI. 1-2; II VII.1; II VII. 4-9; II VIII.1-4; II IX. 1-4; II X.1-9; II XI. 2-4; II XII.2-8; II XIII.8. Tal prova, em termos técnicos *status translationis*, serve-me como justificativa de que as *Ep. ad Caes.* sejam exercícios de formação do orador, porque nela se mostra a *auctoritas* ser resultado da aprendizagem por meio da imitação de um modelo.

A arte do orador é percebida no ato mesmo de discursar, o qual é seguido da imitação e da disciplina no escrever, como o noticia Quintiliano (*Inst. Or.* X 3 et seq.). Em conjunto, a imitação e a disciplina fornecem ao orador um estoque de ideias, oferecendo as palavras de acordo com a causa. A leitura e a imitação dos antigos define, pois, um espectro de figuras e tropos adequados a cada discurso, além de dispor ao orador quais matérias são adequadas a que situação.

Ao listar os autores mais importantes para imitação, o critério de Quintiliano (*Inst. Or.* X 31 et seq.) é segui-los pelo gênero. Ele lembra que também a História pode trazer a excelência desejada porque, simultaneamente, oferece glória ao talento do orador e retém a memória dos eventos para as futuras gerações, evitando o tédio graças ao uso de palavras arcaicas e das figuras mais livres.

Assim, Salústio deve ser lembrado pela concisão (*breuitas*), que mantem a atenção de um juiz desatento e mesmo inerudito, constituindo fonte da maior importância para o orador em formação.

A deprender de Filóstrato de Lemnos (*De Ep.* II 257. 29 - 258. 28), a

concisão é virtude de todos os tipos de epístolas. Ele divide os tipos de epístolas pelos modelos de uso do gênero – entre os filósofos, gerais, imperadores e retóricos – lembrando que seu estilo deve ser simples e gracioso, e de expressão concisa e clara. Diz ainda o mesmo Filóstrato de Lemnos (loc. cit.) que a virtude da expressão clara se deve a evidenciar quem somos, porque a clareza evita a vulgaridade. Esta relação entre epístola e reflexão do caráter de quem a escreve já comparecera em Cícero (*Ad fam.* 16, 16, 2) e em Sêneca (*Ep. Mo.* 40, 1) e, no que concerne à descrição do gênero, nos diz Demétrio (*P. H.* 227) que nenhuma outra forma de composição apresenta mais evidentemente o caráter de quem escreve do que a epístola.

O caráter (*éthos*) é único e deve estar visível na totalidade do discurso e misturado em suas categorias do estilo. É obtido pelo uso apropriado e conveniente das palavras em relação às pessoas em causa, pela simplicidade e pela moderação, assim como pela impressão de sinceridade e espontaneidade.

Tomo a expressão do caráter e a sinceridade como virtudes do discurso, passíveis de serem obtidas por meio de expedientes internos e externos ao discurso (*fides*) e identificadas como tal pelos retores. Quanto à sinceridade, diz Hermógenes (*Sob. For. Est.* 352. 7 et seq.) ser ela, apesar de indefinível, essencial ao método, às figuras e à expressão. Reside no pensamento moderado, i.e., que é fácil de ser reconhecido e que exclui o vulgar, e sincero, p. ex. a exclamação. Privilegia o assíndeto e a apóstrofe entre as figuras de linguagem, e o enunciado em forma de resposta, como método. A expressão rude, veemente, de invectiva e que apresente o estado do ânimo também é válida para a sinceridade do discurso (cp. *Ar. Rhet* 1408a), bem como o comentário pessoal (cp. *Dem. P. H* 232 e *Ar. Rhet* 1395b, sobre a máxima e *Ret. a Alex.* 7, 4-14, sobre a obtenção da verossimilhança).

Claro está, pois, que entendo imitação como um procedimento conveniente à epístola e que a epístola, como produto de um dos exercícios de formação do orador, seja o gênero mais conveniente para imitação de um caráter a fim de aperfeiçoar o

estilo. Imitação, portanto, não é entendida como procedimento para superar o modelo, mas imitação do que nele haja de melhor (q.v. Quintiliano *Inst. Or.* X 2, 10).

As *Ep. ad Caes.* apresentam uma lista variadíssima de passagens inteiras da *Guerra de Catilina* e da *Guerra de Jugurta*, ora trasladadas uma única vez a uma das duas epístolas, ora repetidas uma vez em cada epístola, nas mesmas partes em que essas se dividem (das seis partes do discurso, a saber, proêmio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão, as *Ep. ad Caes* utilizam quatro - proêmio, narração, confirmação e conclusão - combinando elementos do discurso deliberativo àqueles do demonstrativo no proêmio, na narração e na conclusão).

No momento em que escrevo esta apresentação, estou cotejando o achado dos filólogos em relação à disposição dessas passagens nas duas epístolas, o que validaria todo o pressuposto da tese, mas em relação ao qual ainda não tenho um resultado satisfatório. Tenho em mente relacionar, por meio de dados, aquilo que acima escrevi sobre a relação entre imitação, estilo e gênero epistolar no intuito de concluir a tese de que as *Ep. ad Caes.* sejam de fato um exercício.

Em seguida, pretendo destinar o segundo capítulo ao estudo pormenorizado da matéria das *Ep. ad Caes.* partindo daquilo que elas mesmas reproduzem como virtudes do governante tal como elencadas nas mais distintas fontes sobre o assunto, em geral orientadas pelas virtudes estoicas e peripatéticas do governante e aceitas desde Aristóteles até Sêneca. Nas epístolas, somente César apresenta as qualidades necessárias para resgatar as instituições republicanas num contexto de conflito civil (II IV. 3-4; XIII. 1-2), tais que a dignidade (II I. 4), a coragem e a generosidade (II I. 5-6), a virtude (II II. 3), a sabedoria, a moderação (II II. 4), a glória (II XII. 5; XIII. 4-6) e porque possui uma riqueza honesta (II XIII. 2). Suas ações são, ao mesmo tempo, necessárias à república, considerando o momento anterior à guerra (I IV. 1-4), e motivo de glória para César (I VIII. 7), pois que este líder é conciliador (I I. 7; II

III.1-3), benigno e clemente (I I. 6; I III. 3; I VI. 4), sábio (I VI. 1-4) e valoroso (I I. 10; I. VII. 1). Em conclusão ao trabalho, já providenciei a tradução integral das duas epístolas. A bibliografia ainda está em fase de elaboração.

Deixo para a conclusão deste artigo a explicação do valor que encontro nas *Ep. ad Caes.* como objeto de estudo e minha hipótese contra o já desgastado interesse por sua autoria. Quanto à primeira proposição, creio que meu objeto de estudo demonstre, de um lado, a importância de um evento tal como a guerra civil entre os romanos e, de outro lado, como a especificação de procedimentos e de convicções, se assim poderei denominar, balizam as competências do governante, além de servir como exemplo dos preceitos para a formação do orador. Isso ficou razoavelmente claro em tudo o que foi dito até agora, considerando o fato de que minha empresa ainda está no início. Meu ponto de partida - validado por grande parte das teorias contemporâneas que tratam do texto escrito (mormente as obras de Chaïm Perelman, Michel Meyer, Wolfgang Iser) e mesmo de estudiosos da Antiguidade Clássica, brasileiros ou não - é o de que o todo texto é uma construção discursiva, para a qual autor e leitor possuem papéis ou funções definidos. Quanto à segunda proposição, ponho-me à parte, por advertência de colegas dos mais renomados na área de Letras clássicas, num tipo de discussão que bem provavelmente jamais chegará a termo. A questão da autoria salustiana, objeto de debate de pelo menos uma centena de artigos, teses e publicações em francês e alemão durante o período 1880-1960, sempre serviu, a meu ver, como critério de valoração dessas cartas para sua inclusão, ou não, no cânone de obras clássicas. Esse procedimento, no limite, tende a esvaziar seu valor de documento, que existe tendo sido elas escritas por Salústio ou não. Em geral, as análises da questão ignoram as condições de produção de um texto na Antiguidade e sobrepõem as informações do contexto político-social às informações prestadas pelas *Ep. ad Caes.* ajustando-as convenientemente para os fins que desejam. Caso exemplar nesse sentido é a obra de Marc Chouet (1950) que destina um capítulo inteiro de sua tese à análise de apenas um aspecto do documento

- a elocução - para identificar, obviamente, as coincidências e assim chegar à conclusão de que as *Ep. ad Caes.* são autênticas. Ele deduz dos depoimentos de Aulo Gélíio (*Noc. Att.* 17, 18), Suetônio (*De gram.* 15) e Dion Cássio (*Hist.* 43 (9,2)) a autoria salustiana das *Ep. ad Caes.*, mas relega ao silêncio a ausência de menção a qualquer carta de Salústio a César na mais evidente obra em que tal menção deveria constar - o relato de César sobre a guerra civil. Ademais, parece desconhecer elementos como a construção do *éthos*, o estabelecimento da *fides* e os próprios textos que tratam da formação do orador.

Para não tomar o mesmo rumo - analisar as *Ep. ad Caes* ou apenas pelo conteúdo (o que resulta na oposição à tese da autoria) ou apenas pela elocução (que valida a tese) - o terceiro capítulo da tese se destinará à análise das análises modernas das duas epístolas. Porque, se a autoria não me interessa diretamente, as diversas obras sobre elas não apenas apresentam o estado da questão como ainda oferecem um tipo de metodologia que julgo necessário conhecer para superar. O objetivo disso não é outro senão atualizar a leitura das duas epístolas. *Relicuum est optare uti [...] ea di immortales adproben beneque evenire sinant.*

Bibliografia

1. Fontes primárias

AELIUS THÉON. *Progymnasmata*. Texte établi, traduit et commenté par Michel Patillon (français) et Giancarlo Bolognesi (arménian). Paris: Collection “Les Belles Lettres”, 1997.

ARISTÓTELES. HORÁCIO. LONGINO. *A poética clássica*; introdução de Roberto de Oliveira Brandão; tradução de Jaime Bruna. SP: Cultrix, 6. ed., 1995.

ARISTÓTELES. *Poética*; trad. Eudoro de Souza. SP: Ars Poetica, 1993, 2^a. edição.

- _____. *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- _____. *Retórica*. Introduzione di Franco Montanari. Testo critico, traduzione e note a cura di Marco Dorati. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1996.
- CÉSAR, C.J. *Bellum Ciuile – A Guerra Civil*. Tradução, Introdução e Notas de Antônio da Silveira Mendonça. SP: Estação Liberdade, 1999.
- _____. *Bellum Gallicum – Guerre des Gaules*. Tome II (livres V-VIII); texte établi et traduit par L. A. Constans. Paris: Les Belles Lettres, 1954, 5^{ème} édition.
- CICERO. *De Oratore*; english translation by E.W. Sutton. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- _____. *De re publica (selections)*; edited by James E. G. Zetzel. UK and New York Cambridge Greek and Latin Classics University Press, 1995.
- _____. *Dello Stato (De re publica)*; a cura di Anna Resta Barile. Bologna: Arnoldo Mondadori Editore, 1994.
- _____. *Discursos Cesarianos*. Introd., Trad. e notas de José Miguel Baños Baños. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- _____. *Pro Sestio. In Vatinius*; with an english translation by R. Gardiner. London and New York Routledge, 1984.
- _____. *De Officiis*; with an english translation by Walter Miller. London and New York Routledge, 1990, vol. XXI.
- _____. *De Re Publica. De Legibus*; trad. Clinton Walker Keyes. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- _____. *Divisions de l'art oratoire; Topiques (Partitiones Oratoriae/Topica)*; texte établi et traduit par Henri Bornecque. Paris: Les Belles Lettres, 1924.
- _____. *On invention; Best kind of orator; Topics*; english translation by H. M. Hubbell. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- _____. *Brutus; Orator*; english translation by H. M. Hubbell and G.L. Hendrickson. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- DIÓN DE PRUSA. “De la realeza”. In *Discursos I – IX*. Introd., trad. y notas de Gaspar Morocho Gayo. Madrid: Gredos, 1988.

- HERMOGÈNE. *L'art rhétorique*. Trad. Michel Patillon. France: L'âge d'homme, 1997.
- HERMÓGENES. *Sobre las formas de estilo*. Introd., trad. y notas de Consuelo Ruiz Montero. Madrid: Gredos, 1993.
- MENANDRO EL RÉTOR. *Dos tratados de retórica epidíctica*. Introd. de Fernando Gascó; trad. y notas de Manuel García García y Joaquín Gutiérrez Calderón. Madrid: Gredos, 1996.
- PLUTARCH. "Ad principem ineruditum". In *Plutarch's Moralia volume X*. Trad. Harold North Fowler. Harvard University Press, 1991 [1936].
- PLUTARCH. "De unius in republica dominatione, populari statu, et paucorum imperio". In *Plutarch's Moralia volume X*. Trad. Harold North Fowler. Harvard University Press, 1991 [1936].
- PLUTARCH. "Maxime cum principibus philosopho esse diserendum". In *Plutarch's Moralia volume X*. Trad. Harold North Fowler. Harvard University Press, 1991 [1936].
- PLUTARCH. "Praecepta gerendae rei publicae". In *Plutarch's Moralia volume X*. Trad. Harold North Fowler. Harvard University Press, 1991 [1936].
- PLUTARQUE. "Sur la fortune dès romains". In *Oeuvres Morales*. Texte établi, traduit et commenté par Françoise Frazier et Christian Froidefond. Paris: Collection "Les Belles Lettres", 1990.
- PSEUDO-ARISTOTE. *Rhétorique à Alexandre*. Texte établi, traduit et commenté par Pierre Chiron. Paris: Collection "Les Belles Lettres", 2002.
- Retórica a Herênio*. Introd. e trad. Ana Paula Celestino e Adriana Seabra. SP: Hedra, 2005.
- TÉON, HERMÓGENES & AFTONIO. *Ejercicios de retórica*. Introd., trad. e notas de Maria Dolores Reche Martinez. Madrid: Editorial Gredos, 1991.
- PRISCIANO. *Prisciani Praeexercamina. Grammatici Latini*; ex recentione Henrici Keilii. Lipsiae : B G Teubneri, 1857 - 192?, pp. 431-440.
- PSEUDO-SALLUSTE. *Lettres a César. Invectives*; texte établi, traduit et commenté par A. Ernout. Paris: Collection "Les Belles Lettres", 1962.
- QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. Tome VI (Livres X et XI). Texte établi et traduit par Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 1979.

QUINTILIANUS. *Institutionis Oratoriae libri XII* (recognovit breuique adnotatione critica instruxit M. Winterbotton) – tomus II. Oxonii e Typographeo Clarendoniano, MCMLXX.

SALUSTIO, C. *Epistulae ad Caesarem*; texto crítico, tradução e comentários filológicos de Virgilio Paladini. Bolonha: Casa Editrice Prof. Riccardo Patron, 2ª edição, 1968.

SALLUSTE. *La conjuration de Catilina*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout; introduction et notes par Martine Chassignet. Paris: Collection “Les Belles Lettres”, 1999.

_____. *Catilina; Jugurtha; Fragments des Histoires*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris: Collection “Les Belles Lettres”, 1971, 1974 [1941].

SENECA, Lucius Annaeus. “On Clemency”. In *Moral Essays* – vol. I; with an english translation by John W. Basore. London/Massachusetts: Harvard University Press, 1985.

_____. *Des bienfaits* – texte établi et traduit par François Préchac. Paris : Société d'édition Les Belles Lettres, 1926–1927, 2 vol.

_____. *Dialogues de ira*; trad. A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1951.

SENECA/SALUSTIO. *Tratado sobre a Clemência* (Intr., trad. e notas de Ingeborg Braren)/*A Conjuração de Catilina* (Intr., trad. e notas de A.S. Mendonça). Petrópolis: Vozes, 1990.

TACITO. *Anais*; prefácio de Breno Silveira e tradução de J. L. Freire de Carvalho. RJ: W. M. Jackson, 1964 (Col. Clássicos Jackson).

_____. *Histoires* – tome II; texte établi, traduit et commenté par Henri Goelzer. Paris: Collection “Les Belles Lettres”, 1951.

_____. *Annales ab excessu diui Augusti libri* (recognovit breuique adnotatione critica instruxit C. D. Fisher). Oxonii e Typographeo Clarendoniano, MCMLXXXVI, 19ª ed.

_____. *Histoires* – tome I; texte établi, traduit et commenté par Henri Goelzer. Paris: Collection “Les Belles Lettres”, 1921.

2. Fontes secundárias

CHIAPPETTA, Angélica. *Ad animos faciendos: comoção, fé e ficção nas Partitiones oratoriae e no De officiis de Cícero*. Tese (Doutorado).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

MALHERBE, Abraham J. *Ancient epistolary theorists*. EUA: The Society of Biblical Literature, 1988.

SANTOS, Marcos Martinho dos. *As epístolas de Horácio e a confecção de uma ars dictaminis: o opus*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. “A epístola como exemplo de texto escrito”. In *Clássica São Paulo*, v. 11/12, n. 11/12. São Paulo: SBEC, 1999, p.233-246.

_____. “Arte dialógica e epistolar segundo as *Epístolas Morais a Lucílio*”. In *Letras Clássicas São Paulo*, n.º 3. SP: SBEC, 1999, p.45-93.

PERNOT, Laurent. *La rhétorique de l'éloge dans le monde gréco-romain*. Paris: Institute d'Études Augustiniennes, 1993, 2 vols.

LAUSBERG, Henrich. *Manual de retórica literária – Fundamentos de uma ciência de la literatura*. Version española de José Perez Riesco. Madrid: Gredos, 1999 [1976], 2 vols.

_____. *Elementos de retórica literária*. Trad., pref. e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.



Recebido em Fevereiro de 2010
Aprovado em Abril de 2010